



MAFRO

MUSEU AFRO-BRASILEIRO

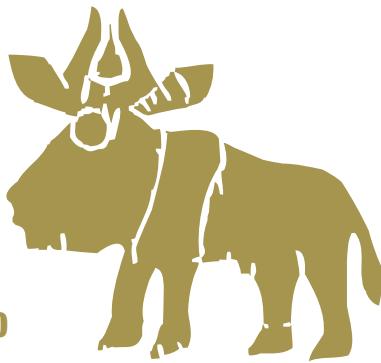
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS / **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**



SETOR **ÁFRICA**

Projeto de Atuação Pedagógica e Capacitação de Jovens Monitores

MATERIAL DO PROFESSOR



APRESENTAÇÃO

O Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) foi inaugurado em janeiro de 1982, fruto de um Programa de Cooperação Cultural entre o Brasil e países da África. Seu acervo é composto de esculturas, máscaras, tecidos, cerâmicas, adornos, instrumentos musicais e jogos africanos, que testemunham a visão de mundo e os conhecimentos técnicos de diversos povos da África Ocidental e Central. Há também objetos de origem afro-brasileira, relacionados às divindades e sacerdotes do candomblé na Bahia. Merece destaque especial o conjunto de talhas em cedro do artista plástico Carybé, retratando 27 orixás, que constitui uma das mais importantes obras da arte contemporânea brasileira.

O MAFRO pretende ser um espaço de identidade e memória da população afro-descendente. Desde sua inauguração, este museu vem recebendo grande visitação de público escolar, procurado por educadores comprometidos com a inclusão do povo negro à educação formal e com o direito que todos os brasileiros têm ao acesso ao conhecimento sobre uma de suas principais matrizes civilizatórias. Tais educadores vêm se colocando questões como: o que sabemos sobre a África? Que conhecimentos sobre o continente africano têm sido veiculados pela escola brasileira? De que maneira o enorme patrimônio cultural brasileiro de origem africana tem sido incorporado ao currículo? Como a escola aborda o papel das religiões afro-brasileiras na preservação e reelaboração das culturas africanas no Brasil?

Hoje, o Estado brasileiro já reconhece a legitimidade dessas proposições e a necessidade de introduzir modificações nos currículos de ensino fundamental e médio que os tornem menos eurocêntricos, mais diversos e pluriculturais. Isto se evidencia nos temas transversais propostos nos Parâmetros

Curriculares Nacionais, assim como na Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e culturas africanas e afro-brasileiras, e ainda nas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

O desafio atual consiste em implementar no currículo ativo das escolas estas disposições da legislação educacional. O MAFRO, ao realizar o Projeto de Atuação Pedagógica e Capacitação de Jovens Monitores, pretende contribuir com o processo de implementação da Lei 10.639/03, visando à eliminação do preconceito racial e à divulgação de conhecimentos acerca das culturas africanas e afro-brasileiras, através das seguintes ações:

- Formação de jovens monitores afro-descendentes, oferecendo-lhes qualificação profissional e formação pessoal.
- Disponibilização ao público escolar de roteiros educativos de visita monitorada ao MAFRO.
- Elaboração e distribuição de materiais de apoio à ação educativa (para estudantes e professores atendidos pelo programa).

Para tanto, realizamos uma ação educativa que privilegia:

- A construção de imagens da África alternativas aos estereótipos difundidos pela mídia e pela escola e divulgação de conhecimentos acerca da história dos africanos e afro-descendentes, com ênfase em dimensões essenciais de sua visão de mundo e de suas formas de organização social, evidenciadas nos objetos em exposição.
- O combate à intolerância religiosa e valorização da diversidade cultural.
- A realização de exercícios de leitura de objetos, provocando o olhar para seus elementos formais e fornecendo informações de cunho histórico e cultural para a compreensão de seus significados.

Este material, destinado ao professor, refere-se ao setor África da exposição do MAFRO. Ele pretende oferecer subsídios a pro-

fessores das escolas atendidas no Museu para preparação de atividades relacionadas à visita. Este material constitui-se, ainda, em recurso de pesquisa para elaboração do planejamento no que tange ao ensino interdisciplinar de história e culturas da África. Ele contém:

- Um texto introdutório que auxiliará a compreensão das formas de organização social e política nas sociedades africanas, bem como o papel da arte nas mesmas.
- Um mapa político e étnico da África, destacando os povos representados na exposição.
- Fotografias de oito objetos da exposição (cinco dos quais constam no Material do Estudante).
- Exercícios de leitura de imagem e informações específicas sobre estas peças, passíveis de utilização durante e após a visita, em sala de aula.

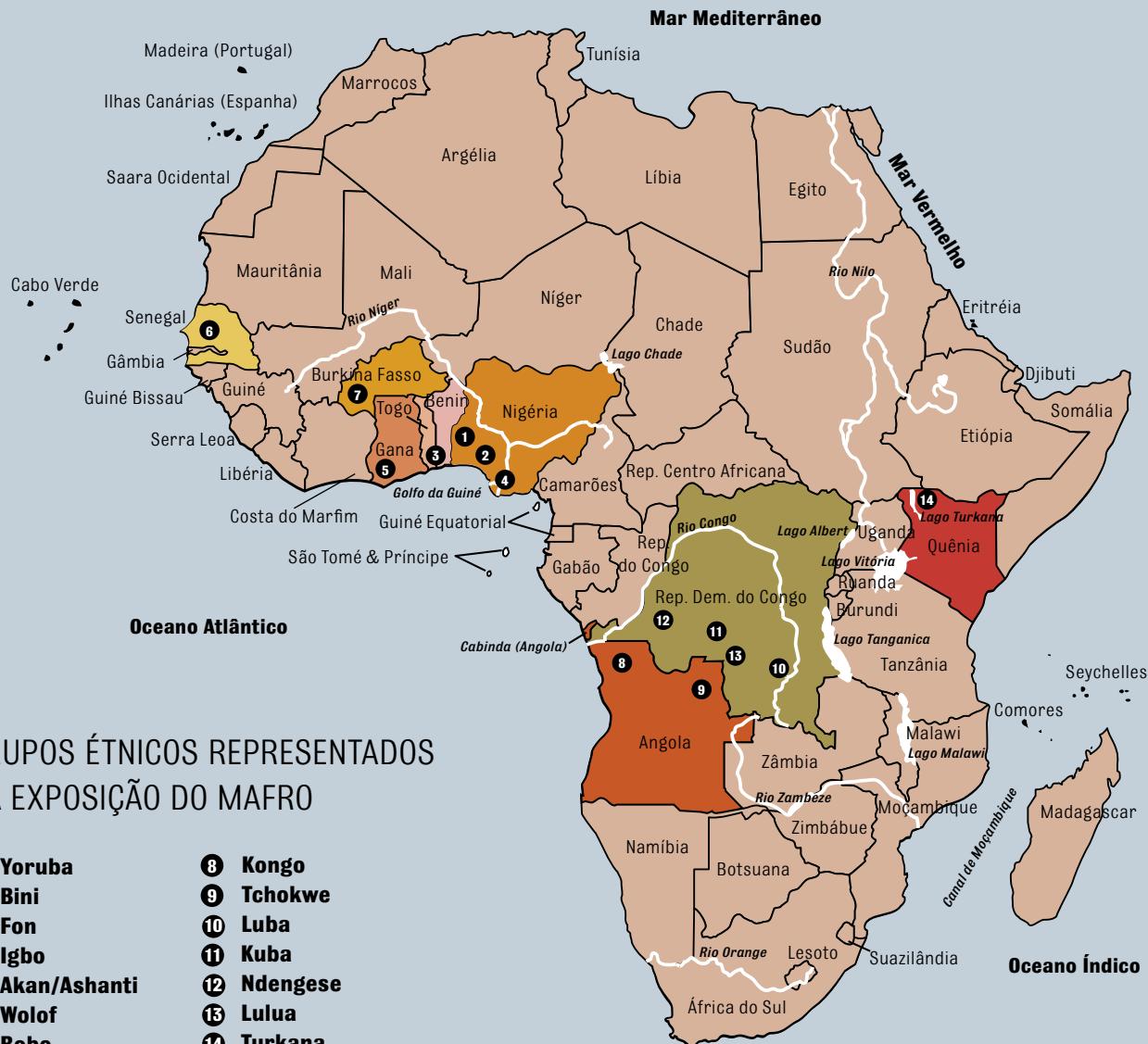
O texto introdutório procura abordar os temas dos roteiros do setor África: Família, ancestralidade e fertilidade; Rituais de iniciação e marcas corporais; Papéis masculinos e femininos na sociedade; Tradição oral e linguagem proverbial; Ancestralidade e poder nos reinos africanos: as insígnias de reis e chefes. O texto oferece também um panorama sobre os diversos grupos étnicos africanos aportados no Brasil, segundo sua área de procedência (os “sudaneses” do Golfo do Benin e os bantu da África Centro-ocidental).

Durante a visita o monitor abordará alguns destes temas, a partir das peças da exposição. É importante frisar que o visitante desempenha um papel ativo neste processo, uma vez que o monitor não age como guia que apenas “deposita” seus conhecimentos, mas sim procura estimular o olhar e a percepção do visitante através de uma leitura dialogada dos objetos, fornecendo-lhe informações históricas e antropológicas sobre as sociedades que os produziram, para que ele possa, além de fruir esteticamente a visita, ter uma melhor compreensão dos significados dos objetos em seu contexto original de produção e consumo.

Desejamos a todos uma agradável e proveitosa visita às nossas raízes africanas e a seus frutos afro-brasileiros!



ÁFRICA



Africanidade: diversidade e unidade nas sociedades africanas

UMA OUTRA VISÃO DE ÁFRICA

O continente africano é marcado por uma enorme diversidade de climas e paisagens (deserto, sahel, savana, floresta equatorial, montanhas de altitude superior a 5000 m, paisagens mediterrânicas), nas quais se desenvolvem formas diferentes de produção da vida econômica (caça, coleta, pesca, agricultura, pastorício, comércio), por povos que diferem muito entre si, em termos lingüísticos, culturais, religiosos e no fenótipo (aparência física).

É preciso ressaltar a grande diversidade que há na África, com o objetivo de questionar os estereótipos que representam o continente como um só bloco indiferenciado. Há mesmo quem chegue a pensar que a África é um país, e não um continente. E, normalmente, esse “país” é pensado como um lugar onde habitam povos “primitivos”, que vivem em “tribos”, em meio à floresta cheia de animais selvagens, abatidos pela fome, por desastres naturais, como enchentes e secas terríveis, além de epidemias. O objetivo da ação educativa do Projeto de Atuação Pedagógica do MAFRO é desconstruir tais estereótipos exaustivamente repetidos pela mídia e pela própria educação formal, através dos livros didáticos e currículos. Desta forma, procuramos dar ao professor informações que alarguem seu conhecimento e sua visão sobre a África.

Foi o pensamento europeu do fim do século XIX, considerado então científico, que construiu essas imagens negativas sobre a África, os africanos e seus descendentes nas Américas. Para justificar a dominação colonial em território africano, forjou-se o conceito de raças humanas, pressupondo uma hierarquia em cujo topo estava, evidentemente, o branco (“caucasiano”). Na base estariam os povos africanos e outros de

pele escura, como os aborígenes australianos, vistos como “incapazes”, “preguiçosos”, “atrasados”, “selvagens”, que só poderiam ser salvos pela ação da colonização européia e da evangelização. Enquanto isso, as companhias de comércio européias e os representantes dos Estados europeus invadiam o continente, obtendo enormes lucros com minérios, marfim, cacau, cera, borracha e, claro, com o trabalho “compulsório” dos africanos, eufemismo para as novas formas de servidão que se constituíam e legitimavam, no lugar da escravidão stricto sensu.

Tal conceito de “raças humanas” não tem nenhuma validade do ponto de vista biológico, considerado hoje completamente equivocado pela comunidade científica, que unanimemente afirma que a única raça é a raça humana. No entanto, sabemos que “raça” continua sendo um conceito importante do ponto de vista político, econômico e social, já que a diferença entre brancos e negros é evidente em termos de renda per capita, taxa de desemprego, expectativa de vida, acesso à educação e à saúde, violência policial, entre outros. As mulheres negras, particularmente, são as que ocupam o último degrau da hierarquia social, pela dupla incidência do racismo e do machismo. Desta forma, quando movimentos sociais, como o movimento negro, reivindicam políticas públicas específicas para a “raça” negra, não quer dizer que eles não saibam que “raça não existe”, mas justamente mostram sua luta para que a diferença “racial” deixe de ser uma forma de desigualdade social.

Sabendo-se que as imagens negativas associadas ao continente africano foram criadas para servir aos objetivos políti-

cos da dominação européia durante o colonialismo, é nosso papel desconstruir tais imagens, que inferiorizam os africanos e seus descendentes na América. É preciso fazer um duplo movimento de reconhecer a grande diversidade das paisagens naturais, das culturas, das formas de organização social e política do continente africano, e ao mesmo tempo identificar certos elementos comuns que, a despeito de tanta diversidade, estão presentes em grande parte das sociedades africanas, especialmente ao sul do deserto do Saara. A existência de tal conjunto de características comuns, que comporta, porém, a diversidade e a pluralidade, constitui o que alguns autores têm denominado de africanidade.

No pensamento e na vida do Ocidente, economia é economia, política é política, religião é religião. Estas são esferas autônomas, com instituições em grande parte independentes: uma coisa é o Estado nacional, outra as igrejas, outra os bancos, e assim por diante. Porém, na África (especialmente antes da colonização, mas de certa forma até hoje), essas esferas são inter-relacionadas e interdependentes. Ou seja, é muito difícil dizer se determinado fenômeno é “político”, “econômico” ou “religioso”, pois a visão de mundo dos africanos não divide a realidade nestas categorias. Quando as utilizamos, devemos ter em mente que estamos nos valendo de um instrumento de análise estranho à própria visão de mundo tradicional africana. Procuraremos, assim, compreender esta visão de mundo, valendo-nos de generalizações que não se aplicam totalmente a nenhuma sociedade africana, mas que podem ser úteis para uma primeira abordagem destas realidades múltiplas e complexas. A partir disso, será possível compreender o papel da arte em tais sociedades, seus usos e sentidos.

INDIVÍDUO, FAMÍLIA E ANCESTRALIDADE

O indivíduo se reconhece e ganha existência social nas sociedades africanas, fundamentalmente, como membro de

uma família. A família é a instância mais importante de socialização do indivíduo, bem como da organização e controle da vida em sociedade.

O modelo de família africana, porém, não é o mesmo que o de família burguesa ocidental. Não se restringe a pai, mãe e filhos. Lá, existe o que a Antropologia chama de família extensa, que inclui um homem com uma ou mais esposas, suas filhas e filhos, por vezes com cônjuges e filhos, sobrinhos com suas esposas e filhos, chegando a englobar, em uma mesma célula familiar, quatro ou cinco gerações de parentes vivos.

Sim, parentes vivos, pois na verdade a família não começa nem acaba nas gerações vivas. Ela começa muito antes, com todos os ancestrais da linhagem, cujos nomes são guardados pela tradição oral, e, antes deles, aqueles de quem já não se sabe os nomes e que passam a ocupar um lugar de intermediários entre os vivos da linhagem e o próprio Ser Supremo. Mas a família tampouco termina na geração mais nova dos vivos, ela se estende no futuro até todas as gerações posteriores, que garantirão a continuidade do nome e da memória dos vivos.

Cada pessoa é, assim, fruto do casamento não só de um homem e uma mulher, mas de duas linhagens, a materna e a paterna. No entanto, a herança que um indivíduo recebe – os bens materiais e o status social que ostenta – não vem em geral das duas linhagens, mas sim de uma só. Caso esta transmissão da herança venha por parte da mãe, esta sociedade é chamada de matrilinear. Do contrário, será patrilinear. Se a herança, as responsabilidades e a participação política do indivíduo no grupo social são herdadas da linhagem da mãe, quem exerce a autoridade sobre ele é seu tio materno (o irmão da mãe). Por sua vez, nas sociedades patrilineares, a autoridade emana do pai e da sua linhagem. O poder sempre é exercido por homens, mesmo nas sociedades matrilineares, nas quais o homem mais velho assume o comando da linhagem. Essa pertença de um in-



divíduo a uma linhagem não quer dizer que a outra não tenha influência em sua vida. Normalmente, se a herança dos cargos e bens materiais (ou seja, o poder no plano terreno) vem da linhagem da mãe, é da linhagem do pai que virá a herança do poder espiritual, o conhecimento religioso e mágico. O inverso também é verdadeiro: em sociedades patrilineares, é da linhagem da mãe que vem o poder mágico-religioso.

Neste sistema, quanto mais velho se é, mais prestígio e influência se tem. O respeito é devido a todas as pessoas mais velhas (anciãos). Um homem da geração do pai, mesmo sem ser da família, é tratado com o mesmo respeito que o pai, assim como uma mulher da geração da mãe é respeitada e obedecida como a mãe.

O CONCEITO DE FORÇA VITAL

De onde vem este poder? Ele se fundamenta na idéia, presente em praticamente todas as sociedades africanas, de que existe uma força vital, um princípio dinâmico da existência, presente em todos os seres. A fonte primeira da força vital é o Criador. Os ancestrais divinizados, ou seja, homens que viveram há muito tempo e cuja história foi incorporada pelos mitos, como os grandes fundadores de cidades e reinos e heróis civilizadores, são, depois do Criador, os que mais possuem força vital. Depois deles vêm os ancestrais das linhagens. Em seguida, nesta escala, estão os homens vivos. Dentre estes, os mais velhos são os que mais possuem força vital. Assim, entendemos porque eles têm mais prestígio e poder nas sociedades. É preciso lembrar, porém, que todos os seres humanos, e também animais, vegetais e minerais possuem, segundo a visão de mundo africana, força vital, que pode ser aumentada, dividida, manipulada, diminuída. As religiões afro-brasileiras também reconhecem o princípio da força vital, chamada pelos Yoruba de **axé**.

GRUPOS DE IDADE E INICIAÇÃO

Uma divisão importante que existe nas sociedades africanas é a dos grupos de idade, ou seja, das diferentes gerações vivas na sociedade. É preciso notar que o que caracteriza um grupo de idade não é apenas o fato de seus membros terem idades cronológicas próximas entre si, mas especialmente o fato de terem passado pelos rituais de iniciação juntos. Tais rituais envolvem uma série de aprendizagens e vivências compartilhadas por um grupo de adolescentes, durante as quais adquirem habilidades necessárias ao desempenho de funções na vida adulta. Essa aprendizagem inclui momentos de companheirismo, solidariedade, partilha de alegrias e também de momentos difíceis e até mesmo dolorosos.

O apogeu do processo de iniciação é o momento em que os jovens recebem alguma marca corporal que permanecerá para o resto de suas vidas, como uma tatuagem ou escarificação, ou ainda a circuncisão, momento que geralmente é seguido de uma grande festa, na qual os jovens são inseridos novamente na comunidade, agora já na condição de iniciados, isto é, adultos que têm direitos e deveres para com suas famílias e a sociedade em geral. As escarificações devem ser entendidas, assim, como atestados de pertença ao grupo e de preparação para o desempenho de papéis sociais. A vivência do processo de iniciação em geral é tão marcante que cria laços especiais por toda a vida entre os que passaram juntos por ele. É importante frisar que meninos e meninas são iniciados separadamente, cada um aprendendo a desempenhar seus papéis, que são bem diferentes, como veremos adiante.

RELAÇÃO COM A NATUREZA, O CULTIVO DA TERRA E A NOÇÃO DE FERTILIDADE

As pessoas de cada unidade familiar cultivam a terra de forma coletiva. A terra, até muito recentemente, nunca foi vista

como propriedade, muito menos como propriedade privada, na África. Os homens é que pertencem à terra, e não o contrário. A riqueza, desta forma, é ligada ao controle do trabalho dos membros da família, e não à posse de terras. Quanto maior o número de dependentes que tenha o chefe de uma linhagem, tanto maior será sua riqueza e seu prestígio (mas também maior será sua responsabilidade, na função de redistribuidor desta riqueza e de mediador das relações entre os numerosos membros de sua linhagem).

Podemos dizer então que a unidade sócio-política de base não é definida por um determinado território, mas pela existência de um grupo familiar, controlado por um chefe, que é em geral o homem mais velho da linhagem. As fronteiras fixas e fechadas, tais como as conhecemos nos modernos Estados nacionais, evidentemente não têm sentido neste sistema. Quando uma parcela da terra se esgota pelo cultivo, o grupo muda-se em busca de novas terras férteis. No entanto, a utilização da terra, que tem um caráter sagrado, enquanto morada dos ancestrais, depende da realização de pactos com os seus espíritos guardiões, que de tempos em tempos devem ser renovados. O mesmo pode-se dizer em relação às fontes d'água e rios. Estes pactos garantem a fertilidade, propiciando boas colheitas, a reprodução do gado e também a fertilidade das mulheres. A fertilidade e a prosperidade são vistas como decorrência da manutenção do equilíbrio na relação com a natureza e com os ancestrais (que, como membros mais velhos, portanto mais poderosos da linhagem, são os que zelam por sua continuidade). As alterações neste equilíbrio, causadas, entre outras coisas, pela ruptura dos pactos, podem acarretar a esterilidade dos campos, dos animais e das mulheres, o que significa, nestas sociedades agrícolas, desordem, escassez e mesmo a morte. Os pactos devem ser mantidos tanto com os ancestrais masculinos, como com os femininos, através da realização de oferendas e respeito a tabus e proibições. Homem e mulher são opostos que se complementam, cada qual desempenhando um papel específico.

PAPÉIS MASCULINOS E FEMININOS NA SOCIEDADE

Isto também é visível na divisão do trabalho: há trabalhos femininos e trabalhos masculinos. As mulheres são encarregadas de grande parte dos trabalhos agrícolas, da provisão de água, lenha, da transformação e preparação dos alimentos, da criação dos filhos e, em muitas sociedades, de várias atividades comerciais. Alguns ofícios artesanais, como a fiação do algodão, a confecção de cestas e cerâmica e em alguns casos a tecelagem, também podem ser feitos por mulheres. Os homens são aqueles que desbastam as terras para a agricultura, caçam, pescam, cuidam do gado e realizam também o comércio e alguns ofícios artesanais tradicionais, especialmente a forja do ferro e a curtição do couro, além da tecelagem e confecção de instrumentos musicais e de estátuas e máscaras. Há muito a dizer sobre o papel destes objetos na vida dos africanos, bem como o significado dos ofícios artesanais. De antemão, podemos afirmar que cada uma destas atividades é acompanhada de fórmulas e rituais que garantem a permissão para a realização dos trabalhos que possuem dimensões sagradas, pois envolvem a transformação da natureza.

Homens e mulheres formam também associações ou sociedades separadas, com o objetivo de garantir seus interesses e sua representação no conjunto da sociedade. Este é o caso, por exemplo, da sociedade Geledé, dos yoruba, formada por mulheres. Realiza-se anualmente um festival da associação, no qual as máscaras Geledé dançam, dramatizando os conflitos e tensões sociais entre homens e mulheres. Neste festival homenageiam-se as *la Mi Oxorongá*, as mães ancestrais do povo yoruba, reverenciando desta forma todas as mulheres e seu poder mágico sobre a fertilidade e bem-estar da sociedade. Estas máscaras, porém, são usadas por homens. Esta é uma forma de mostrar que as mulheres, apesar de nunca exercerem diretamente o poder político, também têm um papel importante na ordem social. Suas opiniões devem ser levadas em conta na tomada de decisões. Além dos yoruba,



inúmeros outros povos africanos têm associações femininas que cumprem papel semelhante.

CENTRALIZAÇÃO DO PODER: A FORMAÇÃO DE CHEFIAS E REINOS AFRICANOS

Estamos nos referindo, até então, a realidades agrícolas, nas quais as densidades populacionais são muito baixas e os grupos produzem tudo ou quase tudo que é necessário ao sustento do grupo familiar. Neste contexto, trata-se de uma ou mais linhagens que vivem em aldeias próximas aos campos de cultivo e/ou de pastagem. A prosperidade desta produção por vezes gerou excedentes, que passaram a ser trocados com outras aldeias. Algumas delas tornaram-se centros de troca, com feiras que reúnem produtos e comerciantes de diferentes regiões.

Estes, desde uma época muito remota, comercializam os produtos entre o interior e a costa (e vice-versa), entre a região da floresta e a savana e entre esta e as regiões para além do deserto do Saara (no caso da África Ocidental), estabelecendo rotas e mercados que perduraram por séculos. Este comércio favoreceu uma produção mais especializada e uma dependência maior das trocas para obter produtos de outras regiões.

São criadas assim sociedades baseadas não mais na produção auto-suficiente de uma aldeia composta por algumas linhagens, mas sim em uma economia fundada na complementaridade das trocas comerciais entre diversos grupos, que fundaram cidades para tornar este comércio mais permanente. A crescente especialização permitiu que os ofícios artesanais passassem a ser, em alguns casos, exclusivos de uma ou algumas famílias, que transmitem os conhecimentos técnicos para o seu fazer, de geração em geração. A gestão política não está mais em mãos do chefe da linhagem, respaldada no controle da produção de



sua família. O chefe agora deve ser o mediador dos interesses de muitas linhagens, assumindo o controle das trocas comerciais. Para isso, é assistido por um conselho de notáveis, composto pelos mais velhos das linhagens, que são responsáveis pela resolução dos conflitos, através de longos debates.

É claro que esse tipo de organização social e política pressupõe uma maior diferenciação e hierarquização social. É importante notar que o poder exercido pelo chefe desta unidade política maior, cujo centro é uma cidade, não incide diretamente sobre as aldeias como unidades sócio-familiares. Lá, o chefe da linhagem continua exercendo suas funções. A submissão a um poder mais centralizado, exercido a partir das cidades, se dará em forma de pagamento de tributos, no envio de soldados para os exércitos e em alianças confirmadas pelos casamentos e pela troca de presentes que funcionam como bens de prestígio, isto é, bens que, para além de seu valor material, têm um valor simbólico, que evidencia o status de seu possuidor. De toda forma, o chefe ocupa uma posição que muitas vezes não é hereditária, mas sim negociada, através da obtenção de um consenso dos notáveis em torno de seu nome. A fonte de sua autoridade e legitimidade, assim como a dos chefes de linhagem, continua a ser a grande força que lhe era atribuída, advinda de sua relação privilegiada com seus ancestrais e com os espíritos da natureza. Toda sua vida era ritualizada, pautada por prescrições e proibições que visavam manter o equilíbrio desta relação, já que o bem-estar da comunidade estava intrinsecamente relacionado ao bem-estar do chefe. Via de regra, ele exercia um poder político respaldado pelo poder mágico-religioso.

A sucessiva agregação de aldeias e chefias de linhagem à esfera de influência de um chefe podia levar à formação de unidades políticas muito maiores, que foram, por falta de vocábulo mais preciso, chamadas de reinos. É preciso lem-

brar que estes reis tinham pouco em comum com os monarcas absolutos europeus. Este rei era o primeiro entre seus pares, os outros chefes, que reconheciam seu poder. Além disso, suas ações eram fundadas na redistribuição dos bens e na reciprocidade devida a seus pares. Por vezes, ainda, ocorreu um alargamento ainda maior da esfera de influência militar e comercial de um reino, formando alguns impérios, especialmente na África Ocidental, que floresceram entre os séculos VIII e XVI, devido especialmente ao controle das rotas de comércio transaariano, tais como o Reino do Gana, o Império do Mali e o Império Songhay. Também na África Central, entre os povos de língua bantu, surgiram reinos entre os séculos XV e XIX, como o Reino do Congo, o Reino Lunda e o Reino Luba.

Estas formas de poder político foram profundamente alteradas, primeiramente com o tráfico de escravos, que causou grandes desequilíbrios nas sociedades africanas a partir do século XVI, e depois com a invasão europeia e o colonialismo, no século XIX. A violência colonial, apesar de ter dissolvido o poder político dos reinos e impérios africanos, não conseguiu acabar com as formas básicas de organização social nas aldeias, onde até hoje as chefias de linhagem e as chefias locais, com o auxílio dos conselhos de anciãos e das associações masculinas e femininas, controlam a vida política local. Por isso não devemos pensar que ao falarmos de ancestralidade, linhagens, divisão da sociedade em metades masculina e feminina e entre grupos de idade, chefias político-religiosas, estamos falando apenas da realidade da África pré-colonial, existente somente até o fim do século XIX. Ao contrário, até hoje estes conceitos são fundamentais para entendermos a organização das sociedades africanas, bem como a visão de mundo de seus membros.

Veremos a seguir como e entre quais povos ocorreu o processo do tráfico de escravos e seus desdobramentos aqui, na outra margem do Atlântico.

A ÁFRICA NO BRASIL: OS “SUDANESES” DO GOLFO DO BENIN

Muitos historiadores e antropólogos, ao estudar a procedência dos africanos escravizados aportados ao Brasil, apontaram a existência de dois grandes grupos: sudaneses e bantos. Veremos a seguir o que significam exatamente estes termos.

Começemos pelos “sudaneses”. O termo “Sudão” tem origem no árabe “Bilad al-Sudan”, que quer dizer “País dos negros”, e era a forma como os árabes que ocuparam o norte da África se referiam às regiões ao sul do deserto do Saara. “Sudão” era então, a princípio, toda a África sub-saariana. Este termo, porém, passou a referir-se especialmente às sociedades da África Ocidental situadas ao longo do rio Níger, que mantiveram relações comerciais durante séculos com os berberes e árabes ao norte do Saara e que, em virtude disso, são em grande parte islamizadas. Esta área corresponde a partes dos atuais países Mali, Níger, Nigéria, Burkina Fasso, Senegal e Guiné.

Os povos que ocupam a costa da África Ocidental, especialmente o Golfo do Benin, não tiveram contato direto com os povos ao norte do Saara, nem se converteram significativamente ao islamismo até o século XX. Por estarem na África Ocidental, porém, foram genericamente chamados de “sudaneses” por pioneiros dos estudos afro-brasileiros, como Nina Rodrigues e Arthur Ramos, nomenclatura esta que se difunde largamente nos livros didáticos. Assim, quando se fala em “sudaneses” no Brasil, na verdade trata-se de povos com estreitas relações culturais e comerciais entre si, que habitam há séculos a região do Golfo do Benin compreendida entre o Rio Mono, a oeste, a região de Borgu, ao Norte e o delta do rio Níger, a leste: Yoruba, Aja (compreendendo os sub-grupos Fon, Ewe e Gun), Edo (ou Bini).

Os Yoruba ocupam territórios nos atuais países Nigéria e Benin. Constituem uma área cultural com numerosos sub-grupos, presentes no sudoeste da Nigéria, como os Oyó, Ibarapa, Ifé, Ijebu, Egba, Egbadó, Ondo, Ikale, Ekiti, Owo, Akoko, Awori, bem como na fronteira entre Nigéria e Benin, como os Ketu, Ogori, Ifonyin e Anagô. Todos estes subgrupos remontam sua origem histórica à cidade de Ifé, onde se originou uma civilização que teve seu apogeu entre os séculos XII e XV. Hoje os achados arqueológicos comprovam este fato, mantido nos relatos míticos transmitidos oralmente de geração em geração. As cidades yoruba mantiveram-se em grande parte como unidades políticas independentes, apesar de serem unidas pela língua e pela cultura. Exceção a essa maneira dos yoruba se organizarem politicamente foi o Império de Oyó, um estado centralizado que, ao longo do século XVIII, consolidou seu domínio na região.

Os Fon ocupam territórios no atual país Benin. Inimigos históricos dos yoruba, especialmente dos subgrupos que viviam em suas fronteiras, ou seja, os Ketu e os Anagô, travaram contra estes muitas guerras, que resultaram no apresamento e escravização dos inimigos vencidos, por ambas as partes. Os Fon também formaram um estado centralizado, o Reino do Daomé, fundado no século XVII e submetido por Oyó em 1748, ficando até a década de 1820 sob sua dominação.

Os Edo, ou Bini, ocupam o território a leste da região yoruba, na Nigéria, até a margem direita do delta do Rio Níger. Apesar de estarem bem longe do país atualmente chamado Benin, este povo constituiu nos séculos XVII a XIX o Reino do Benin, a terceira importante formação política desta região. Os Bini, assim, como os yoruba, também afirmam ser descendentes do fundador mítico e primeiro oni (rei) de Ifé, Oduduwa. Isso evidencia que, apesar de serem povos distintos, yorubas e binis são aparentados

histórica e culturalmente e possuem instituições políticas e sociais semelhantes.

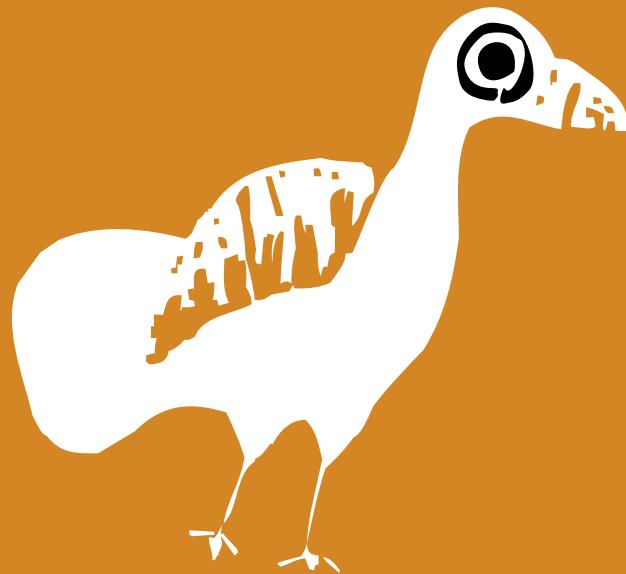
No século XIX, chegaram milhares de africanos escravizados ao Brasil, e especialmente à Bahia, procedentes do Golfo do Benin, passando aqui a predominar numericamente sobre escravos de outros grupos étnicos de origem bantu, chegados em séculos anteriores. Este fato foi resultado das guerras entre povos que, fazendo cativos entre os inimigos de guerra aprisionados, passaram a vendê-los aos traficantes europeus e brasileiros. Assim, a presença no Brasil de escravos genericamente identificados como “sudaneses” só se explica pelas guerras travadas entre os yoruba, fon, bini, hausa e fulani.

É importante frisar que não havia nenhuma identidade entre estes povos somente pelo fato de serem “africanos” ou “negros”. Estes conceitos na verdade só passaram a fazer sentido no fim do século XIX e principalmente no século XX, quando os africanos e seus descendentes na diáspora passam a resistir à dominação europeia, tentando criar uma unidade pan-africana antes inexistente. Assim, a guerra entre eles não pode jamais ser entendida como guerra “entre irmãos” apenas por serem todos africanos, uma vez que a identidade que possuíam era yoruba ou fon ou bini, ou seja, uma identidade étnica e mesmo a identidade de seu subgrupo (Ketu, Oyó, etc). Os “outros” povos e subgrupos eram tidos como inimigos de guerra que poderiam ser submetidos e mesmo escravizados.

Apesar da participação de africanos no tráfico ser inegável, não podemos esquecer que foram os europeus que fizeram do escravismo a base do sistema capitalista mercantilista. A escravidão já existia em África sob outras formas, especialmente a chamada escravidão doméstica ou de linhagem. Naquele contexto, no entanto, o escravo continuava a ser considerado como pessoa, mantendo alguns direitos: a casar-se, a parte da produção agrícola,

a exercer certos ofícios qualificados, podendo ascender socialmente, ter bens e ocupar cargos de chefia, especialmente na administração pública e no exército. Na maioria dos casos, o escravo era ligado à família do senhor e não podia ser vendido. A organização social e política de muitas sociedades africanas, como vimos, pautava-se pelo controle exercido pelo chefe de linhagem sobre seus dependentes (filhos, irmãos mais novos, noras, netos). O escravo insere-se neste sistema como mais um dependente, porém não pertencente à linhagem, mas “estrangeiro”, propiciando prestígio e poder ao chefe. Alguém podia tornar-se escravo em consequência de penhora por dívida, de punição por algum crime cometido ou como espólio de guerra.

Tal quadro, que prevaleceu até o fim do século XVIII, é muito diferente do que se delineou com o estabelecimento do escravismo mercantilista pelos europeus, que fizeram do tráfico o seu grande negócio. Neste momento, o apresamento



e tráfico se tornam finalidades em si próprias. Desta forma, a escravização passou a não ser mais a consequência de guerras entre povos ou entre linhagens, mas o motivo pelo qual as guerras eram feitas, tornando-se guerras de captura ou razias. O tráfico provocou a desestruturação dos Estados e sociedades em que se instalou, criando rivalidades entre suas elites, que passam a disputar o poder, especialmente segmentos das linhagens reais, gerando um clima de insegurança geral e ruptura do tecido social. O ser humano escravizado deixava de ser pessoa para tornar-se mercadoria, perdia direitos políticos e sociais, não podia mais ter bens ou família: tal é a situação do escravizado como a conhecemos nas Américas.

A ÁFRICA NO BRASIL: OS POVOS BANTU

O tráfico de escravos da África Centro-Occidental, dos territórios nas imediações da foz do rio Congo e outros mais ao sul, nas redondezas do rio Cuanza e até o planalto de Benguela, foi o que exportou para as Américas o maior número de pessoas e o mais duradouro na história da escravidão moderna. Luanda, hoje a capital de Angola, foi o maior porto negreiro da África, de onde, juntamente com os portos de Mpinda e Benguela, saiu a grande maioria dos africanos escravizados para o Brasil, desde o início do século XVI até a extinção do tráfico em 1850.

Os povos desta região ao sul da floresta equatorial partilham muitos traços lingüísticos e culturais. Lingüistas europeus do século XIX, ao estudar as línguas da região, perceberam entre elas um traço comum: a grande maioria identificava o ser humano pelo radical -ntu, a partir do qual forma-se o substantivo singular muntu (o ser humano, o homem) e o plural bantu (os seres humanos, o povo). A partir disso, tais povos passam a ser designados como povos bantu ou banto, de acordo com a forma aportuguesada. É importante entender, assim, que bantu não se



refere a um só grupo étnico, como yoruba ou fon, mas a um complexo cultural e lingüístico que engloba vários povos.

Os povos bantu do Atlântico Sul, especialmente os Bakongo, Mbundo e Ovimbundo, são responsáveis pela formação inicial e pelas características mais marcantes da cultura afro-brasileira. Manifestações culturais que se tornaram o “cartão postal” do Brasil, como o samba e a capoeira, além de outras de alcance regional, como o maracatu pernambucano, as congadas e moçambiques de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e São Paulo, as diversas festas de Bois, o jongo do Rio de Janeiro e São Paulo, o zambiampunga da Bahia e muitos outros, são todos de origem bantu. Também as primeiras manifestações da religiosidade afro-brasileira são de raiz bantu. Com o passar dos séculos, a religiosidade bantu tomou diversas formas, amalgamando-se com tradições indígenas, católicas e de outros povos africanos, originando diferentes práticas religiosas, como o catimbó, a jurema, o catolicismo popular (especialmente as devoções a santos negros e a Nossa Senhora do Rosário, cultuados por Irmandades de Homens Pretos), a umbanda e os candomblés angola ou congo-angola, que cultuam ancestrais divinizados chamado de inquices.

Também a história da resistência à escravidão teve como principais protagonistas os africanos de diversas etnias bantu e seus descendentes. O maior exemplo é o quilombo, que foi a forma mais duradoura de organização social de negros que fugiam de seus senhores nas fazendas, minas e cidades, existindo desde o século XVI e se perpetuando, sob novas formas, após o fim da escravidão, até os nossos dias, formando territórios negros que, mesmo se relacionando com o conjunto da sociedade, guardam particularidades históricas e culturais.

O quilombo foi inspirado em uma instituição bantu, o **kilombo**, um campo de iniciação dos guerreiros jaga, da parte central de Angola, que incorporava jovens de vários grupos étnicos. É interessante que, diferentemente dos ri-

tos de iniciação que vimos acima, nos quais os jovens eram incorporados à vida adulta de seu próprio grupo, aprendendo suas tradições e ofícios, o kilombo (que provavelmente relaciona-se com a palavra **ocilombo**, da língua umbundo, que quer dizer prepúcio, referindo-se à circuncisão dos meninos) é uma instituição militar multiétnica, unindo vários povos de língua bantu, com o objetivo comum de resistir à invasão portuguesa e à escravização. Um dos mais importantes personagens desta história foi a Rainha Nzinga, ou Jinga, que soube utilizar diversas estratégias contra os portugueses, ora através da negociação diplomática, ora aliando-se ao exército jaga kilombola na luta armada.

Nzinga foi a rainha dos reinos do Ndongo e Matamba (Angola) no século XVII, não por coincidência a mesma época em que viveu na Serra da Barriga, na capitania de Pernambuco, aquele que se tornaria o grande símbolo da resistência negra no Brasil, Zumbi dos Palmares, liderando o maior quilombo que existiu aqui. Há fortes indícios de que este quilombo foi formado por africanos de grupos bantu, alguns dos quais possivelmente tenham sido iniciados no kilombo antes do cativo, em Angola. Junto a seus descendentes nascidos no Brasil, indígenas e alguns brancos pobres, formaram Palmares, uma sociedade composta por várias comunidades, que durou quase 100 anos, chegou a ter 50 mil habitantes e necessitou de cerca de vinte expedições militares do governo colonial para ser derrotada.

Assim como no Golfo do Benin, na África Centro-Occidental o tráfico também desestruturou sociedades e abalou o poder político de reinos, criando ou fomentando inimizades entre povos e entre diferentes linhagens de um mesmo povo, para que as guerras entre eles produzissem escravos, ou para que empreendessem razias junto a povos e aldeias vizinhas. O Reino do Congo, do povo Bakongo, localizado na margem esquerda do rio de mesmo nome, forte e poderoso quando da chegada dos portugueses no fim do século XV, acabou por sucumbir às ambições dos

traficantes, após intensas disputas pelo controle do reino entre diferentes linhagens das suas diversas províncias. Os Bakongo a princípio receberam muito bem os portugueses e tornaram-se o primeiro reino ao sul do equador a se converter ao cristianismo. No entanto, frustraram-se ao perceber, como disse um de seus reis ao rei de Portugal em uma carta, que o interesse dos portugueses afinal não era pregar o cristianismo, mas sim capturar escravos, até mesmo membros da família real. A partir deste momento começa a resistência, que porém não evita sua decadência, já no século XVIII.

ARTE AFRICANA, DA ÁFRICA AO MUSEU

Para compreender os objetos africanos do MAFRO, é preciso ao mesmo tempo entender o significado que tinham em seu contexto original de produção, isto é, nas sociedades africanas onde foram criados, e o significado que adquiriram no Ocidente, onde passam a ser mantidos em museus, galerias e coleções particulares, considerados primeiramente como objetos etnográficos e logo como “arte primitiva”. É importante perceber que, de um contexto para outro, as funções e os sentidos desses objetos mudam muito.

Para os africanos que os produzem e utilizam, tais objetos são insígnias de poder, status e prestígio, são objetos que tornam os ancestrais presentes, que auxiliam a manutenção do equilíbrio do mundo, que propiciam a fertilidade, que apóiam a transmissão da tradição oral. São, portanto, fundamentais para sua existência. Procurou-se, nas páginas precedentes, esboçar as linhas gerais da organização social e política das sociedades africanas, para que se possa entender melhor o papel destes objetos em sua dinâmica sociocultural. Eles nunca ou raramente são apenas decorativos ou estéticos, como grande parte da arte ocidental. Muitas vezes eles não eram feitos para serem admirados; alguns nem sequer podiam ser vistos





por todos. O fundamental nestes objetos era seu sentido, a expressão de idéias e valores civilizatórios e a propriedade de colocar em ação forças a favor do ser humano. A idéia de “arte pela arte” é estranha aos africanos. O próprio termo “arte”, como atividade autônoma, separada da vida, é praticamente inexistente nas línguas africanas.

Apesar disso, tais objetos têm uma evidente qualidade estética, que inclui noções de equilíbrio, proporção, simetria – como expresso no conceito yoruba **ojú-onà**, que pode ser traduzido como “consciência do design”. Os artistas utilizam códigos reconhecidos por todo o grupo social, que resultam em características formais e iconografia específicas. Se o aspecto formal dos objetos não era um fim em si mesmo, ele não deixava de ser fundamental para expressar valores culturais. Desta maneira, o famoso “geometrismo” da arte africana, presente na decoração e no design das peças, através do uso de espirais, zigue-zagues e outros padrões geométricos, exprime a idéia de prosperidade, fertilidade, continuidade da vida e, mais que isso, procura propiciá-las. Da mesma forma, a simetria e a dualidade exprimem o equilíbrio entre dimensões complementares da vida humana, como masculino e feminino, vivos e ancestrais, passado e futuro. A distorção das proporções naturais do corpo humano é usada para evidenciar hierarquias, seja dos atributos do próprio ser humano, associados a determinadas partes do corpo, seja entre indivíduos de um grupo social; longe de ser uma “imperfeição” ou “falta de técnica”, como acreditavam os europeus no século XIX, tal distorção é intencional e calculada para produzir sentidos e exprimir valores socioculturais.

Desde o fim do século XIX, os objetos africanos encontrados pelos colonizadores europeus foram muitas vezes pilhados, destruídos, comprados à força ou trocados por produtos manufaturados, de forma em geral desvantajosa para os africanos. Quando levados para a Europa, foram exibidos como artefatos curiosos de povos em estágio inferior de civilização, passando a integrar coleções de museus etnológi-

cos e a figurar nas Exposições coloniais. Em alguns casos, como o dos magníficos bronzes do Benin, pilhados durante a Expedição Punitiva que os britânicos fizeram àquele reino em 1897 e logo exibidos em Londres, com grande sucesso de público, foi mais difícil alegar tratar-se de objetos “primitivos”, tendo em vista seu apuro técnico e estético. A estes foi atribuída uma origem estrangeira, até mesmo europeia.

É apenas no início do século XX, a partir das obras de artistas de vanguarda, como Picasso, Braque e Matisse, que os ocidentais passam a olhar os objetos africanos propriamente como “arte”. Tais pintores deram origem a movimentos artísticos que buscaram contrapor-se ao academicismo e ao naturalismo da arte europeia, buscando soluções mais sintéticas e abstratas: o Primitivismo, o Cubismo, o Surrealismo. Apesar de terem valorizado excessivamente seu aspecto formal, as vanguardas foram importantes para começar a mudar o olhar do Ocidente sobre os objetos africanos. Isto não foi suficiente, no entanto, para livrá-los completamente do epíteto de “fetiches”, que é a maneira como eram chamados pelos missionários católicos, os quais, sem entender a complexidade de seus significados, afirmavam que os africanos lhes atribuíam poderes mágicos. Identificando neles ainda uma certa “força mágica”, as vanguardas acabaram por consolidar sua classificação como “arte primitiva”, muitas vezes destinada a um mercado de arte para turistas, chamada vulgarmente de “arte de aeroporto”.

Na África contemporânea, continua a haver a produção destes objetos nas comunidades e aldeias, cumprindo ainda hoje seus papéis “tradicionais”, sem chegar ao mercado de arte – o qual, por outro lado, é cada vez mais ávido por “arte africana”. Isso tem criado novos significados, novos usos e circuitos de circulação para estes objetos, novas relações sociais ao seu redor. Eles passam a ter outro lugar na vida dos próprios africanos – que agora também os chamam de “arte”. É quase impossível, porém, encontrar neste mer-

cado objetos “autênticos”, ou seja, produzidos para uso no contexto originário. Salvo aqueles coletados no período colonial, até as primeiras décadas do século XX, quase todos os objetos africanos no Ocidente foram produzidos para o mercado. Muitos, porém, mantêm características formais e iconografia fiéis aos padrões tradicionais. Isso nos mostra que, como a cultura em geral, a arte africana é dinâmica, aberta e sujeita a permanentes ressignificações, o que nos faz contestar o próprio conceito de “autenticidade”, muito mais relacionado ao fetichismo colecionista europeu que a preocupações propriamente africanas.

Esta reflexão é válida para os objetos do MAFRO, que não foram produzidos para uso em seu contexto originário, e tampouco foram obtidos através da violência colonial. Feitos sob encomenda, foram doados por embaixadas de países africanos ou adquiridos por pesquisadores, como o fotógrafo e etnógrafo Pierre Verger, em viagem à África com tal objetivo. Guardando características formais e iconográficas das peças “autênticas”, as do MAFRO servem como testemunho da visão de mundo e da estética das sociedades africanas.

As Máscaras (como as geledé, bobo, luba), esculturas (como os bochio dos fon, a akuabá dos ashanti, a boneca turkana, a maternidade bakongô, o par luba) e emblemas (como os machados duplos e a espada de Gu) são objetos que trazem os ancestrais à presença dos vivos, auxiliando a manutenção do equilíbrio, garantindo a prosperidade e fertilidade, orientando as ações dos indivíduos e da comunidade, explicando e dando sentido ao mundo. Jogos divinatórios, como o de Ifá, e instrumentos musicais são outras formas de estabelecer a comunicação entre vivos e ancestrais ou com as divindades. Alguns objetos estão diretamente envolvidos nos rituais, como as cerâmicas para fazer oferendas aos voduns fon, ou os pilões de Xangô, presentes em seus assentamentos.

Insígnias de poder são bens de prestígio ligados a chefes e reis. Elas materializam e legitimam seu poder político,

respaldado pelos ancestrais. Na seção “Reinos Africanos” estão reunidas insígnias de caráter comemorativo, como asséns, cabeças e estátuas de reis, ou simbólico, como bancos e tecidos. No setor “Tecelagem” há outros panos que, como os penteados, também indicam status, mas não necessariamente pertencem a chefes. No setor “Metalurgia”, braceletes, anéis e outros adornos cumprem a mesma função, e o par de edan indica a pertença de um ancião à associação **ogboni**, dos mais-velhos yoruba.

Poucos povos africanos desenvolveram escrita silábica ou fonética. Muitos, porém, criaram escritas pictográficas ou ideográficas, que transmitem, através de símbolos, ensinamentos de fundo moral, histórico e religioso, expressos em provérbios, contos, fábulas, adivinhas, epopéias, mitos, poemas e outras modalidades de literatura oral. Estas formas orais de narrativa transmitem às novas gerações a história do grupo e são um importante elemento de sua identidade. Muitos objetos auxiliam esta transmissão oral, constituindo-se em suportes materiais da memória: os pesos de ouro e tronos ashanti, as máscaras gelede, os tecidos aplicados, os recades e asséns fon.

Procuramos tornar inteligíveis ao público visitante todos estes sentidos e funções dos objetos africanos, explorando-os como via de acesso à história e às culturas africanas, reconstruídas e reapropriadas no Brasil como importante elemento de nossa identidade.

UTILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LEITURA DOS OBJETOS

Para aproveitar melhor as atividades apresentadas a seguir, sugerimos ao professor que peça aos alunos que olhem os objetos apresentados com bastante atenção. Em seguida faça as perguntas sugeridas, que acompanham cada objeto. Faça as perguntas uma a uma, obtendo a resposta dos alunos antes de passar à pergunta seguinte. Se

possível, registre as respostas no quadro ou peça a eles que o façam em uma folha de papel. Acrescente outras perguntas, se achar necessário. Somente depois deste exercício dê as informações sobre o objeto, seu significado e utilização.





**1. Que tipo de objeto é este?
De que forma ele é usado?**

**2. Para nós, quando é que se
usa uma máscara ou
uma fantasia?
Para que ela é usada?**

**3. Você consegue perceber
as diferentes partes desta
máscara? O que você vê na
parte de cima?
E na de baixo?**

Esta máscara pertence a uma associação de mulheres do povo Yoruba, chamada Geledé, que faz um festival para homenagear e acalmar as perigosas e temperamentais Iya Mi Oxorongá, as “mães ancestrais”, saudando assim todas as mulheres e seu poder mágico de ter filhos. Esta é uma forma de mostrar que as mulheres têm um papel importante na sociedade e que suas opiniões devem ser respeitadas, apesar do poder político estar nas mãos dos homens (que são, também, os que usam estas máscaras). Elas retratam cenas e personagens que representam provérbios, cujo sentido estimula a solidariedade e a busca de uma forma pacífica de resolver os conflitos.

Na África, a máscara não serve só para esconder o rosto de quem a usa: ela o transforma em alguém diferente, “alguém” que não é uma pessoa, mas um espírito ancestral, um poder do “outro mundo”. Quem usa a máscara não está “fingindo” ou fantasiado: ele é, naquele momento, para os outros e para si mesmo, outro “alguém”.

Essa “transformação” só acontece em ocasiões especiais: momentos rituais, quando toda a comunidade se reúne com objetivos comuns: cerimônias de iniciação, quando crianças se preparam para tornar-se adultos; enterros;

coroação de chefes e reis; festas da colheita ou plantio; preparação de expedições de caça ou de guerra; rituais de cura de doenças; cobrança de impostos, policiamento e cumprimento da justiça. Como se vê, as máscaras servem para muito mais que divertir: elas têm funções educativas, religiosas, militares, políticas e econômicas.

A máscara não é apenas a peça esculpida em madeira que você vê no museu. Ela inclui também a roupa do mascarado, os bastões que ele carrega, os chocalhos amarrados nos tornozelos ou cintura. Mas ela só se torna mesmo uma máscara quando entra em ação, dançando a música dos tambores e outros instrumentos, enquanto a comunidade participa olhando, batendo palmas, cantando, estimulando com gritos e às vezes fugindo, com certo medo e respeito, do grande poder que a máscara transmite.



Máscara Geledé

Etnia Yoruba

Rep. Pop. do Benin

Madeira, tinta

Escultor: Casimir Lagnibá

1. O que se pode reparar no tamanho do cavaleiro em relação ao cavalo? Por que será que o escultor fez esta peça assim?

2. Agora observe o corpo do cavaleiro. Quais partes eram consideradas as mais importantes? Como você chegou a esta conclusão?



A maior parte das peças de arte africana é considerada não-naturalista. Isso quer dizer que os africanos não tentam representar as coisas “como elas são”, ou como elas parecem ser. Ao contrário, o escultor africano tenta mostrar nas peças aquilo que, segundo seus valores culturais, é mais importante, mais significativo: ele tenta expressar um ideal. Nesta peça, por exemplo, o cavaleiro é maior que o cavalo por ser mais importante que ele, segundo a visão de mundo yoruba.



Para os yoruba a cabeça, chamada **ori**, é a parte mais importante do ser humano, pois é o centro da força vital (chamada de axé). É ainda na cabeça que está inscrito o destino do indivíduo. A cabeça, para os yoruba, serve para muito mais do que pensar: ela é a ponte que liga uma pessoa a seus antepassados e a suas divindades, os orixás. Por isso ela recebe tanto destaque nas esculturas deste povo.



Cavaleiro

Etnia Yoruba
Cotonou, Rep. Pop. do Benin
Madeira
Escultor: Bouraima Idrissou



1. Que desenhos você vê neste tecido?

2. O que um leão simboliza para você?

3. Se você tivesse que contar uma história a partir destes desenhos, como ela seria? Qual seria seu tema?

4. Você se lembra de desenhos que você vê no seu dia-a-dia que transmitem informações ou mensagens? Discuta com seus colegas e professores.

Tecido Aplicado do Daomé

Etnia Fon

Rep. Pop. do Benin

Tecido



Os tecidos com apliques do povo Fon do Reino do Daomé (“avo”) foram criados como arte da corte no reinado do rei Agadjá (1708-1740). Eles celebram o nome dado ao rei quando sobe ao trono, assim como fatos importantes de seu reinado, especialmente suas conquistas militares. O nome escolhido pelo rei expressa um ou mais provérbios que se relacionam com características pessoais do rei, com suas divindades (voduns) ou ainda com as condições em que assumiu o trono. Muitas vezes ele é simbolizado por algum animal conhecido por sua bravura, força ou sabedoria, como o leão, o búfalo, o tubarão ou certos pássaros.



Este tecido celebra o nome do rei Glelé (1858-1889), cujos provérbios são “O leão poderoso nunca é pequeno para apanhar sua presa; o rei Guézo, que era um leão, deu à luz a um leão com dentes e garras” e “A faca de Gu fere aqueles que o provocam”. Gu é a divindade (vodun) do ferro e da guerra, simbolizado por sua espada, que também é o símbolo do Mafro. Guézo foi o pai de Glelé, que reinou entre 1818 e 1858. Os outros desenhos do tecido referem-se ao pássaro calau, que esmaga com o bico uma noz de cola, simbolizando a vitória sobre os inimigos mais fortes, e um cavalo com a cabeça de um chefe yoruba, inimigo do rei Glelé, pendurada.

Todos os símbolos mostram a força do rei e, como a estátua do cavaleiro yoruba, testemunham a história dos combates entre os diversos povos do golfo do Benin nos séculos XVIII e XIX.

1. O que é este objeto?

Como será que ele era usado?

2. Quais partes do corpo desta peça são ressaltadas? Por que será que o escultor a fez assim?

3. Você sabe o que é um amuleto?

4. Se você fosse uma mulher ashanti e pudesse usar esta estatueta como amuleto para realizar um desejo, imagine qual seria?

5. Se esta peça fosse usada como brinquedo, quem brincaria com ela? Por que?

Esta estatueta chama-se akuaba, feita por um escultor do povo Ashanti, de Gana. Quando uma mulher ashanti quer engravidar e ter um filho bonito e saudável, ela encomenda uma akuaba para usar como amuleto, amarrada junto ao corpo, para que seu desejo se realize. Ou seja, este objeto é usado para estimular a fertilidade da mulher, isto é, sua capacidade de gerar filhos. Por isso o escultor ressalta os seios e a barriga (o umbigo) da estatueta, fazendo-a parecida com a futura mamãe grávida. Repare que ele nem se preocupa em fazer os detalhes do resto do corpo: lembre-se que as esculturas africanas só representam os traços essenciais, para os quais se quer chamar a atenção. O artista mostra um ideal de beleza e de comportamento para a criança que vai nascer.

6. Você se lembra de outras peças da exposição que mostrem o desejo de que a família cresça e prospere?



Boneca Akuaba
Etnia Ashanti
Gana
Madeira

As akuabas são chamadas de “bonecas da fertilidade”. Isto porque, além de amuleto, elas também são usadas pelas meninas ashanti para brincar de ser mãe, começando a aprender o papel mais importante que vão ter na vida. O crescimento da família significa prosperidade, bem-estar e equilíbrio para os africanos. Por isso eles fazem muitos objetos para garantir que as mulheres tenham filhos, sempre contando com a ajuda dos ancestrais, para que a família continue, continue, continue... agora você já consegue entender porque há na exposição tantos objetos que mostram as partes sexuais dos homens e mulheres: na África tradicional, o sexo é visto sem preconceito, pois é a forma de garantir muitos filhos para que a família nunca acabe, para que a memória dos ancestrais seja sempre preservada, e com ela as tradições e ensinamentos herdados há gerações e gerações...

1. Que tipo de objeto é este? Para que você imagina que ele era usado? Quem o usava?

2. Descreva a pessoa representada nesta peça (idade, sexo, atitude). Repare também nos detalhes do corpo e cabelo.

3. Qual é a função desta pessoa no objeto? O que ela está “fazendo”? Qual parte do seu corpo mostra isso mais claramente?

Esta peça é um banco. No entanto, ele não é um objeto utilitário, ou seja, feito para ser usado para alguém se sentar, mas sim um bem de prestígio, um objeto que mostra o status (posição social) e poder de quem o possui. Quando pertencem a reis e chefes, estes objetos também são chamados de regalias.

4. Você acha que na nossa sociedade certos objetos também mostram o poder econômico e o status de uma pessoa? Quais?

5. Você se lembra de objetos que simbolizam o poder dos reis?

Você deve ter se lembrado das coroas e cetros dos reis europeus. Os chefes africanos também possuem emblemas de poder, como bastões, coroas, espadas, caça-moscas, caixas de rapé, cachimbos, apoios de cabeça, bancos e tronos. São objetos especiais, finamente decorados e muitas vezes esculpidos em forma humana. Normalmente são feitos por artistas a serviço da corte ou oferecidos como presente por outros chefes. Estes presentes ajudam a criar ou manter laços entre famílias e grupos, pois são retribuídos, mantendo uma constante troca entre essas pessoas.



Banco Luba
Etnia Luba
Rep. Dem. do Congo
Cópia em gesso
Original - Museu de
Tervuren, Bélgica

Para os Luba e para a maioria dos povos da África Central, uma pessoa pertence à família de sua mãe. Um homem torna-se chefe por ter herdado este cargo de seu tio, irmão de sua mãe. Por isso as mulheres são tão importantes, especialmente as que já morreram, tornando-se ancestrais. São elas que sustentam, de lá do outro mundo, o poder aqui na terra. É o apoio delas que faz com que todos reconheçam alguém como legítimo chefe. A prosperidade e a fertilidade do reino são o maior sinal de que as ancestrais o apóiam. Por isso se vê no banco esta ancestral, segurando com suas grandes mãos o banco do chefe.

1. De que é feito este objeto? Você consegue imaginar que técnica o escultor usou para fazê-lo?

2. O que o personagem representado está fazendo? Você conhece algum instrumento parecido com este?

3. Qual terá sido o papel deste personagem na sociedade bini?

4. Sabendo que ele era um funcionário, você imagina a serviço de quem ele estava?

No Reino do Benin, na atual Nigéria, desenvolveu-se a técnica da cera perdida, herança cultural de Ifé, que os yoruba também dominam. Tal técnica consiste em produzir um molde vazado, utilizado uma única vez para fabricar objetos de metal fundido. O molde é feito sobre uma base de argila, recoberta por uma camada de cera, na qual a peça é esculpida em todos os seus detalhes. Esta peça é recoberta por argila mole e levada para cozinhar em um forno. Assim, a argila da parte de dentro e de fora endurecem, transformando-se em cerâmica, enquanto que a cera vaza por pequenos canais feitos para isso. Por isso a técnica é chamada de “cera perdida”: ela derrete e se “perde” pelos canais. O resultado é um molde vazado em argila. O metal fundido, líquido, é colocado no molde através dos mesmos canais por onde a cera vazou. Depois que esfria, o metal endurece e se torna latão ou bronze sólido. Pronto: basta quebrar a argila que está por fora e eis uma bela peça em metal! Mas isso não parece nada fácil, não é? E não era mesmo: os bini, yoruba, ashanti e outros levaram séculos desenvolvendo esta técnica. Alguns povos africanos foram dos primeiros do mundo a desenvolver tecnologias de trabalho com metais.

A música tem enorme importância para os africanos, pois não é apenas uma manifestação artística, mas uma forma de comunicação, seja com os ancestrais, seja entre os próprios homens. Como no candomblé, no qual os atabaques têm um caráter sagrado, pois têm a capacidade de tornar os ancestrais presentes, os instrumentos musicais africanos em geral são reverenciados como os próprios ancestrais, que ajudam a se manifestar neste mundo. Além disso, os instrumentos têm a capacidade de reproduzir a voz humana, e portanto de transmitir mensagens e informações como se fossem uma pessoa falando. Certos tambores, como este que vemos na escultura, são chamados de “tambor de fala”, justamente por esta capacidade de transmitir mensagens codificadas, sendo talvez o primeiro meio de telecomunicação (comunicação à distância) da história humana.

Tocador de tambor

Etnia Bini / Reino do Benin
Nigéria
Bronze



No reino do Benin os tocadores eram parte da numerosa corte a serviço do Obá (rei) e anunciavam sua passagem ou mensagens para o povo através dos tambores.

1. De que é feita esta escultura?

2. O material utilizado tem alguma relação com os objetos que aparecem representados?

3. Quais ferramentas ou instrumentos são representados no chapéu de Gu? O que eles nos dizem sobre as funções e atributos deste personagem?

Gu é uma divindade, um vodun do povo fon do Reino do Daomé. Um vodun é um ancestral muito antigo, que pela importância de seus feitos para sua sociedade ou por suas qualidades excepcionais foi divinizado, ou seja, passou a ser cultuado como uma divindade. Os voduns representam também forças da natureza: a força dos ventos, das águas doces ou salgadas, dos raios, do arco-íris, do mangue, da mata. Os voduns personificam, ainda, a capacidade de criação humana e de transformação da natureza, através da técnica.

Este é o caso de Gu, entidade que, segundo os mitos dos fon, ensinou aos homens o conhecimento da forja do ferro. Este conhecimento provocou uma revolução nas técnicas agrícolas, de caça e de guerra. Afinal, fazer estas atividades com instrumentos de pedra, osso ou madeira era muito mais difícil! O ferro trouxe o aumento da capacidade produtiva do ser humano e permitiu que ele alargasse seu domínio sobre a natureza. Por isso Gu, o primeiro ferreiro, é considerado um herói civilizador, ou seja, aquele que transmitiu ao ser humano o conhecimento de uma atividade central para a civilização e para a vida em sociedade.

O mito de criação dos fon diz que Gu é o filho mais velho da dupla criadora Mawu-Lissa (princípios feminino e masculino da criação), e foi assistente de Lissa na ordenação do mundo, na tarefa de torná-lo habitável pelo ser humano e no ensino dos conhecimentos técnicos aos homens. A espada de Gu, **gubassa**, é seu símbolo e sua principal ferramenta, que utiliza para abrir os caminhos e derrotar os inimigos. Ela foi adotada também como símbolo do MAFRO.



Escultura de Gu

Etnia Fon
Abomé, Rep. Pop. do Benin
Ferro
Autor: Simon Akati

1. Você conhece algum oráculo ou jogo divinatório?

Para que serve? Como funciona?

2. Se você fosse usar este objeto como parte de um oráculo, como o usaria? Quais outros objetos você usaria junto com este?

Opón Ifá (Bandeja de Ifá)

Etnia Yoruba
Cotonou, Rep. Pop. do Benin
Madeira

Em muitas sociedades africanas, quando um indivíduo ou a comunidade passa por problemas graves (perda de bens, doenças, esterilidade, seca, infertilidade dos animais ou dos campos), procura-se descobrir qual é a causa do problema, através da consulta a um oráculo. O oráculo é um sistema de comunicação com os ancestrais divinizados, baseado em um código que relaciona o arranjo das peças usadas no jogo com mensagens que fornecem respostas às perguntas. Cada oráculo tem, assim, sua própria linguagem. Saber “ler” esta linguagem é o papel do adivinho.

Normalmente, a causa dos problemas apontada pelo oráculo é a pessoa ter deixado de cumprir com alguma obrigação, como fazer uma oferenda para seus antepassados ou suas divindades, ou ter feito algo proibido, segundo os princípios morais e religiosos daquela sociedade. Isso traz desequilíbrio para todo o grupo social, visto como punição.

Os yoruba têm como oráculo o jogo de Ifá, que utiliza como peças caroços de dendê e é feito sobre o *opon ifá*, esta bandeja que vemos na foto. Há ainda a copa, ou *agerê ifá*, onde os caroços de dendê ficam guardados, e o *irokê ifá*, usado para invocar os orixás a comparecer e “responder” o jogo. Cada arranjo dos caroços de dendê forma um *odu*. O babalaô, ou “pai do segredo”, é o sacerdote que conhece os



256 *odus*, longos poemas transmitidos oralmente, aprendidos através de anos de estudo com um mestre e usados na interpretação dos problemas dos clientes.

O processo só se completa, porém, com a indicação de uma oferenda. Após identificar a razão do problema, o babalaô indica o sacrifício necessário para restabelecer o equilíbrio (a palavra “sacrificar” significa “tornar sagrado”). A consulta ao oráculo é não apenas uma forma de compreender o destino, mas também uma forma de atuar sobre ele, fazendo com que as divindades colaborem na restauração da ordem na vida da comunidade ou do indivíduo.

Muitos mitos falam da relação entre Ifá (também chamado de Orunmilá) e Exu, que é quem leva as mensagens dos deuses aos homens, assim como as oferendas dos homens aos deuses. Por isso sua face aparece na parte superior da borda deste *opon ifá*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Naomar de Almeida Filho

Reitor

Francisco José Gomes Mesquita

Vice-Reitor

Lina Maria Brandão e Aras

Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Jocélio Teles dos Santos

Diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais

Maria Emília Valente Neves

Coordenadora do Museu Afro-Brasileiro

PROJETO DE ATUAÇÃO PEDAGÓGICA E CAPACITAÇÃO DE JOVENS MONITORES

Jocélio Teles dos Santos

Coordenador Geral

Maria Emília Valente Neves

Assistente de Coordenação

Juipurema Alessandro Sarraf Sandes

Coordenador de Pesquisa e Edição

Maria Paula Fernandes Adinolfi

Coordenadora Pedagógica e Texto Científico

Aline Silva Jabar

Pesquisadora

Denyse Emerich

Consultora — Educação em museus

Daniele Santos de Souza

Iraci Oliveira dos Santos

Tatiana Alves de Almeida

Estagiárias

Celina Souza Pinheiro

Daza Ifá Ashanti Moreira

Elane Cristina Nascimento dos Santos

Emily Karle dos Santos Conceição

Jeferson dos Santos Socorro

Kellison Jorge Souza dos Santos

Ramon Bonfim Barros

Tainara Santiago do Nascimento

Taiwo Pimentel dos Santos

Thiago dos Santos Santos

Tiago Mateus Figueiredo Santos

Viviane Carvalho de Araújo

Monitores

Ricardo Prado Góes

Fotografia

Walter Mariano

Projeto Gráfico

Gráfica Gensa (Impressor: Altemir Santos)

Impressão

Professores Colaboradores

Departamento de Museologia - UFBA

Joseania Miranda Freitas

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

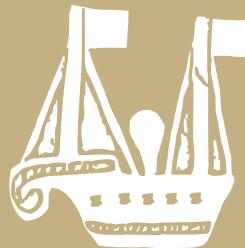
PATROCÍNIO

Deputado Federal Luiz Alberto – PT-BA

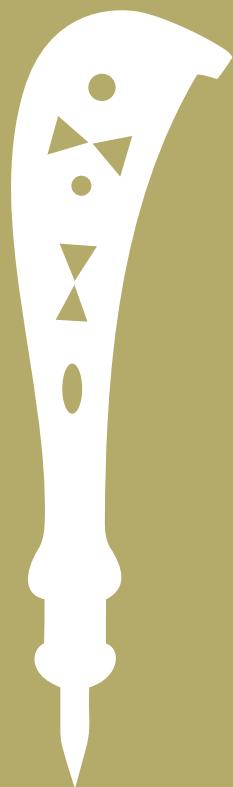
Congresso Nacional

Emenda Parlamentar n.º 34590001

2005







MAFRO

MUSEU AFRO-BRASILEIRO

Terreiro de Jesus, Antiga Faculdade de Medicina,
Centro Histórico, Salvador - Bahia - Brasil - CEP: 40025-010
Telefax. (071) 3321 - 2013
www.ceao.ufba.br/mafro